

Sílvio Romero e a Causa Pública

BRITO BROCA

Vocação política — Compreensão da realidade brasileira — Soluções científicas — O legislador — A defesa da unidade nacional — Da natureza dos cargos públicos nas democracias modernas — O Remédio?

RESPONDENDO ao inquérito de João do Rio, no "Momento Literário", Sílvio Romero dizia: "Conheci, sem esforço e para meu mal, que, se não sou ao pé da letra um cientista, não me cabe também a denominação de literato, no sentido restritivo que êste qualificativo teve entre nós..." Na verdade, mesmo no início da carreira, quando rimou versos, Sílvio jamais fêz a literatura pela literatura; foi êle o protótipo daquilo que costumamos chamar hoje de escritor interessado, do homem que empenha nas letras outro ideal, além do puramente estético. No seu caso, êsse ideal era a compreensão, a explicação da realidade brasileira. Tudo, na vasta e variada obra de Sílvio Romero, tende para um só alvo: o Brasil, o Brasil como povo, como nação, como entidade político-social, como expressão de cultura e civilização. E é baseado em princípios e métodos científicos, tão impregnado se achava êle do cientificismo do fim do século 19, que procura sempre atingir essa meta. Assim, sem recairmos num juízo arbitrário, podemos dizer, por extensão, que a causa pública, no Brasil, teve, em Sílvio Romero um dos maiores servidores. Os objetivos por êle visados foram sempre o de bem servir o país, oferecendo, aos governantes e administradores, elementos para exercerem com acêrto as respectivas funções. Seu nome e a apreciação de sua obra sob êsse aspecto se enquadra, pois, no espírito desta Revista que, aliás, não podia ficar alheia ao centenário do nascimento do grande brasileiro, ocorrido em 21 de abril. Num esforço de síntese, procuraremos distinguir no vasto labor cultural de Sílvio Romero, na intensa vida de ação em que êle se consumiu, o que significou uma contribuição para a causa pública.

interesses e o destino de um povo, como fazia Sílvio, que outra coisa não constitui na sua essência, senão a manifestação do mais genuíno espírito político? Não será, porém, como deputado, no exercício ativo de uma função especificamente política, que êle realizará, em tôda plenitude, semelhante vocação: esta se desenvolverá em múltiplos setores até ao fim de tão pródiga existência. O último discurso de Sílvio Romero, parainfando a turma de bacharéis da Faculdade de Direito, do Rio, em dezembro de 1913, discurso não pronunciado, mas reproduzido no "Jornal do Comércio", com o título "O Remédio", é, no fundo, um testamento político.

Muito jovem, recém-saído da Faculdade de Direito do Recife, quando hesitava ante o caminho a seguir, depois de ocupar por algum tempo a promotoria pública de Estância (Sergipe), o escritor foi eleito deputado provincial. Se a vocação fôsse apenas a de um politiquero, teria encontrado aí excelente ponto de partida para uma *brilhante* carreira. Com o prestígio desfrutado pela família, manobrando os trunfos, não lhe seria difícil, talvez, galgar todos os degraus da escada: deputado geral, presidente de província, senador e, até mesmo, ministro. Bastar-lhe-ia habilidade, engenho, capacidade de acomodação e transigência. Mas o que logo vemos é o desinteresse com que encara êle o ambiente acanhado e mesquinho da Câmara provinciana. Como construir ali a base de uma carreira, se o seu espírito político nada tem de comum com o tecido de intrigas, de manhas e cálculos no qual se comprazem os correligionários? E êsse homem de ação que impulso poderá tomar, em terreno tão estreito, para suas arremetidas? Sabe-se haver êle pronunciado um único discurso na assembléia provinciana: apresentando um projeto sobre a história de Sergipe, atacou o "método retrógrado e anticientífico dos nossos historiadores". Poderia parecer a muita gente — e boa parte dos colegas do orador teria assim pensado — uma verdadeira traição aos interesses partidários, levantar-se alguém na Câmara somente para tratar de uma questão cultural. Mas é que Sílvio, indo de encontro à mentalidade retórica predominante na época, sempre tratou das questões culturais, fazendo delas legítimas questões políticas, sempre as visionou em função da causa pública. Bem se vê o quanto lhe seria difícil impor-se perante os correligionários e conquistar-lhes a confiança, colocando a política em tal plana. Sílvio abandona a assembléia e, depois de procurar, inútilmente, outros caminhos na província, emigra para o sul. Primeiro, juiz municipal em Parati. Não seria ainda o clima pro-

Antes de tudo, devemos considerar no autor de "Provocações e Debates" a existência de uma vocação política — da política naquele sentido tão bem definido por Rui Barbosa na célebre interpelação de Haia. Êsse desejo de intervir com sugestões e esclarecimentos nos problemas basilares de um país, de trazer sempre em vista os

pício a um espírito tão sôfrego. Em 1879, instala-se na côrte e passa a colaborar no "Repórter" de Lopes Trovão, sob o pseudônimo de Fenerbach. Então, o deputado que na assembléia provincial só pronunciara um discurso e renunciara o mandato, ciente de que ali nada teria que dizer, põe-se a fazer uma das análises mais cruéis da realidade política brasileira da época, em páginas desassombradas e corajosas sob a rubrica de crítica parlamentar. Seria excessivo, exagerado, apaixonado como sempre foi; mas através dos exageros, quantas verdades se insinuavam, verdades que deviam ser ditas e ninguém, à exceção, talvez, de Tavares Bastos, tinha tido, até o momento, a coragem de denunciá-las.

Escorado no ponto de vista cientifista que lhe criava, evidentemente, certo "parti-pris" de sistema, sem chegar, no entanto, a perturbar-lhe a lucidez, Sílvio ataca principalmente o formalismo das idéias feitas, das abstrações doutrinárias, das teorias importadas, em que nos esgotávamos em palavório e exibições eruditas, sem atentar para os imperativos da nossa realidade. Era a transposição no plano político do ataque já feito por êle ao romantismo literário. "O govêrno dêste país — escreve o ensaísta — só há de ser govêrno de trabalho e liberdade quando fôr alimentado pelo bom senso público, e êste só será real, quando se inspirar nos princípios diretores das idéias científicas". Que exigimos de um parlamentar? — pergunta êle. — Indagamos se sabe filosofia, história, ciências naturais? Não. Queremos apenas saber se o homem "fala bem". E "falar bem" significa ter voz sonora e presença de espírito para responder a um aparte desaforado. Nada de idéias, só fraseado. E seria a atmosfera da monarquia a responsável por essa mentalidade formalística, que assistia, sem uma intervenção eficiente, sòmente fazendo frases, à decadência do país. A revolução naturalista, preconizada por êle contra semelhante estado de coisas, implicava, lógicamente, o espírito republicano. "La République sera naturaliste ou ne sera pas" — dissera Zola.

Depois de tomar das figuras de alguns parlamentares mais em destaque na época, e desancá-los de rijo, carregando nos traços, por ver em quase todos a encarnação dos males a que se referia, conclui por traçar um quadro pessimista da situação geral do país. Descrédito dos partidos políticos, vida econômica definhante, comércio arruinado, agricultura quase morta, o tesouro dilapidado, o nepotismo como o critério predominante nos cargos públicos, adoração pela côrte em detrimento das províncias (êste um dos pontos básicos da atitude político-social de Sílvio Romero), amor à rotina, moleza do parlamentarismo, degradação dos costumes, torpezas da escravidão, descrédito da magistratura por parte do govêrno, atraso das academias... Um quadro pintado com tintas negras, terrivelmente pessimista, o exagêro se tornava evidente, mas era necessário forçar a nota, para sacudir a inércia dos conformistas e dar ressonância ao alarme. Impulsivo, exuberante, Sílvio Romero nunca teve, aliás, certa medida

nos ataques. Não podemos por isso duvidar-lhe da sinceridade. Sem proteção, chegava ao Rio, já pai de família, carregado de responsabilidades e necessitando ganhar a vida. Com êsses ataques desabridos aos poderosos e essa atitude petroleira, a clamar contra a decadência a que a monarquia arrastava o país, não iria, de certo, colher sorrisos nem flores. Se assim procedia, era porque tinha, acima de tudo, a vocação da verdade — ainda quando a paixão lhe obliterava as exatas proporções da mesma — e dera desde cedo à existência um sentido de luta — de luta na qual empenhava vivamente o interêsse do Brasil.

Os artigos de Fenerbach, no "Repórter", depois, reunidos em livro sob o título "Ensaio de Crítica Parlamentar" (1883) encerravam, implicitamente, uma profissão de fé republicana. Não tardaria Sílvio a unir-se à ala dissidente do partido liberal que engrossava as fileiras antimonárquicas. Pela sua formação cientifista devia êle, lógicamente, como já vimos, preferir a República ao Império. Para o mesmo lado o inclinavam as tendências liberais e o fundo revolucionário do seu pensamento naturalista. Além disso, não podia deixar de malsinar a monarquia pelo regime de centralização de poder que a caracterizava. Foi um dos traços mais frisantes da personalidade de Sílvio Romero a hostilidade à metrópole, tanto no terreno literário, como no terreno político. Muitos dos males do Brasil vinham, na opinião dêle e de Tobias Barreto, dessa ditadura exercida pela côrte sôbre as províncias. A centralização sacrificava as províncias, tirando-lhes a capacidade de iniciativa e malbaratando as melhores reservas do país que nelas se encontravam. Aliás, o regime federativo foi a pedra de toque de muitos republicanos, como Rui Barbosa, por exemplo.

Embora dedicasse alguns dos primeiros livros ao Imperador (Ver a Exposição Comemorativa do Centenário de Sílvio Romero, na Biblioteca Nacional) e reconhecesse nêle um homem de letras, o polemista de "Minhas Contradições", endereçou contra o monarca os mais duros golpes, no panfleto mensal "Lucros e Perdas" que, em 1883, manteve, juntamente com Araripe Júnior. Eram uma espécie de "Farpas" brasileiras êsses folhetos, em que encontramos as páginas jornalísticas mais típicas da propaganda republicana de Sílvio Romero. Acusava êle até o Imperador de querer exercer a ditadura até em nossas letras, intervindo em tôdas as iniciativas intelectuais, exigindo que elas se colocassem sempre sob o bafejo do trono.

Proclamada a República, coube-lhe redigir o "Manifesto dos homens de letras do Rio de Janeiro ao Govêrno Provisório", solicitando para as reivindicações dos escritores as vistas do novo regime. Mas não tardou que começasse a compreender não ser essa precisamente a República dos seus sonhos. A desilusão começa por um fracasso político. Tendo organizado o partido na-

cional, em Sergipe, a convite de Leandro Maciel e Coelho Campos, vê frustradas as pretensões a uma vaga de senador pelo mesmo partido. No terreno ideológico, o presidencialismo adotado pela República não lhe parece o sistema mais adequado às nossas condições; e numa série de cartas endereçadas a Rui Barbosa e publicadas em volume, procura mostrar as vantagens do parlamentarismo para o caso brasileiro. Se a êste não deu bons resultados no Império foi por motivos de natureza extrínseca; os males que lhe imputava tinham outras causas estranhas à própria essência do sistema. Sílvia aponta-as, analisa-as, ao mesmo tempo que se aplica em provar o perfeito acôrdo do parlamentarismo com o sistema federativo.

Mas até a federação, pela qual tanto se batera, acabou por inquietá-lo, quando certos movimentos políticos de caráter regional, como o castilhismo no Rio Grande do Sul, lhe pareceram ameaçar a unidade nacional que êle colocava acima de tudo. Não obstante, as desilusões, longe de levarem-no a repudiar pròpriamente a República, fizeram-no voltar-se, com mais ardor, contra os inimigos do regime, contra os que o corrompiam pela politicagem. O republicano em Sílvia Romero não correu parelha com o abolicionista. Não houve, como em muitos casos, a identificação perfeita dos dois ideais. A solução do problema servil, proposta por êle, ia ao encontro daquela pela qual lutava Nabuco e que era abraçada pela maior parte dos republicanos: a liberdade imediata e total dos escravos. Via nisso um romantismo perigoso, capaz de acarretar o maior desequilíbrio à economia nacional. Queria o abolicionismo, como resultado de gradativa transformação orgânica, pelo prestígio crescente do trabalho livre e o abandono do braço escravo. Nesse ponto enxergava longe e bem de acôrdo com o seu progressionismo científicista. A escravidão impedia o nosso desenvolvimento industrial; no momento em que incentivássemos êste último, começaria ela, naturalmente, a desaparecer. “Cerceemos a escravidão — proclamava Sílvia — levemos a máquina a ocupar o lugar deixado pelo negro.”

A revisão do processo histórico do abolicionismo, que vem sendo feita de uns anos para cá, reconhece o acêrto dessas palavras. Foi indiscutivelmente um êrro o abolicionismo, sem um prévio reajustamento econômico-social. Mas, naquela época, quem detestava verdadeiramente o regime infame, com muita dificuldade poderia aceitar outra solução que não fôsse a da lei áurea. Uma atmosfera magnética de entusiasmo romântico, de magnanimidade idealista, empolgava os abolicionistas, e raciocinar com espírito prático e realista no momento seria passar por escravocrata. Tal o que aconteceu com Sílvia Romero.

Embora tivesse abandonado a cadeira de deputado provincial, em 1874, nem por isso renunciara às ambições políticas. Desejava um campo maior, onde pudesse agir convenientemente, e

êsse campo era, por certo, o parlamento nacional. Depois da candidatura fracassada em 1890, volta a carga em 1894, concorrendo nas eleições federais de Sergipe. Novo fracasso. Mas, agora, já está envolvido na política do Estado e vem a desempenhar um papel de petroleiro na jornada de 11 de setembro daquele ano, em Aracaju. Como se sabe, ao influxo da palavra incendiária de Sílvia Romero, num comício na praça do Governador, o povo amotinado depõe o presidente Calazans. O chamado “caso de Sergipe” repercutiu em todo o país e o polemista tem uma fase aguda de desconcomendas e verrinas.

No entanto, só em 1900 consegue eleger-se deputado federal por aquêle Estado. Os discursos que então veio a pronunciar na Câmara se acham reunidos em volume, (1) e não ocupando número muito grande de páginas poderão fazer crer que se esperava mais de espírito tão ativo e dinâmico. Será um engano. As legislaturas eram, na época, apenas de dois anos e, dêsses dois anos, quatro meses Sílvia os passou na Europa, em busca de melhoras para a saúde. Em tais condições, não se vá dizer que tenha tido uma atuação restrita. E' possível mesmo que haja pronunciado outros discursos, além dos reunidos no referido volume; só uma busca minuciosa nos Anais da Câmara nos elucidaria sôbre isso; julgamo-la, porém, quase desnecessária, uma vez que o essencial ficou em livro.

Vê-se a disposição com que Sílvia Romero entrou na liça, apresentando, logo de início, na estréia parlamentar, três projetos. Parecia revestido das melhores intenções de trabalhar pelo bem público, num ambiente que já não era o da acanhada assembléia provinciana. Teria, afinal, encontrado o seu auditório. Apesar disso, o desajustamento com que sempre lutou êsse homem independente e rebelde, habituado a decidir por conta própria, sem cogitar das imposições do meio, mais uma vez se revelou. Os três projetos apresentados pelo deputado Sílvia Romero provocaram imediata reação na assembléia, onde inúmeras vozes se levantaram para acusá-los de inconstitucionais. O primeiro estabelecia a obrigatoriedade do sêlo proporcional nas “transações comerciais por vendas de qualquer espécie de mercadoria, feitas a prazo de mais de 30 dias e de quantia superior a cem mil réis”. O segundo limitava a 17 hectares as concessões de terras devolutas feitas pelos Estados a cidadãos ou súditos de nações estrangeiras. O terceiro fixava o máximo de 7 mil homens para as milícias armadas de qualquer Estado da União.

Antes que Sílvia Romero pudesse iniciar a justificação de motivos, vozes o interromperam de vários pontos do recinto: “Inconstitucional! Inconstitucional!” Não recua êle ante êsses brados. Se a Constituição se ressentia de defeitos, que nos expõem a perigos de ordem interna, o nosso dever é corrigi-los. — “E' a reforma da constituição que V. Exa. pede?” — aparteia um depu-

(1) “Discursos” — Pôrto — 1904.

tado. Sim, será a reforma se quiserem, mas enquanto ela não se realiza, que consertemos as falhas no que fôr possível. Espíritos como Sílvio Romero nunca receiam modificar as leis, sempre que as mesmas não se mostram perfeitamente adequadas aos fins para que foram feitas. Trata-se de saber o seguinte. Se os projetos atendem ou não às necessidades do bem público, aos interesses da Nação. Quanto ao primeiro, o autor o justifica pela maior segurança que virá dar às transações comerciais e o rendimento considerável que trará aos cofres públicos; quanto ao segundo, o problema da formação de núcleos emigratórios, incapazes de ameaçar a integridade da Nação, fornece-lhe uma eloqüente justificativa; quanto ao terceiro, é ainda a causa da unidade nacional a exigí-lo pelo perigo da existência de Estados demasiadamente fortes dentro da federação. Adversários políticos telegrafaram para Sergipe, dizendo ter sido desastrosa a estréia do novo deputado. Os projetos encontraram franca oposição. Ao primeiro propuseram um substitutivo; os outros, sabotou-os a pecha de inconstitucionalidade. Sílvio defendeu-se tenazmente na sessão de 13 de dezembro de 1900. O problema da distribuição dos núcleos emigratórios, no qual incide o segundo projeto, foi, aliás, uma das causas em que o autor de "Provocações e Debates" empenhou seu irreduzível brasileiro, estendendo o debate para fora da Câmara, no jornalismo e no livro. Alarmava-o, principalmente, a expansão da colônia alemã no sul do país, conservando usos, costumes e a língua da pátria distante, à qual permanecia vinculada, sem se deixar absorver pelo organismo brasileiro, dentro do qual vinha a formar um quisto perigoso. No caso do italiano, em São Paulo, já não via os mesmos riscos, por tratar-se de uma raça latina, tendo mais pontos de contato conosco e sendo, por isso mesmo, bem mais assimilável. O alemão, porém, em tudo se nos mostrava estranho, e Sílvio não se cansou de clamar contra a indiferença dos governos, que deixavam de controlar o desenvolvimento desses núcleos emigratórios do Sul. Em conferência pronunciada no Gabinete Português de Leitura e incluída no mesmo volume de discursos parlamentares, mostrava êle como a imigração lusa era a que mais nos convinha por estar de acôrdo com a nossa formação histórica, ponto de vista que Gilberto Freire adotaria e defenderia, brilhantemente, no livro "Uma cultura ameaçada". Para Sílvio ainda, um dos principais males da nossa política imigratória era cuidar só do sul, deixando o norte e o centro em completo esquecimento, circunstância que vinha acarretar o acúmulo de massas colonizadoras em determinadas regiões com prejuízo de outras e da harmonia vital do país. Em 1913, no discurso aos bacharelados, denunciaria êle, também, ao lado do perigo alemão, o perigo japonês. Não sendo, no fundo, contra a imigração, o que desejava era que ela se fizesse por outro sistema, disseminando-se o elemento estrangeiro por todo o território nacional, "impondo-lhes a nossa língua, aglutinando-os no nosso organismo para resguardar as características básicas da nacionalidade e preve-

nir a desagregação desta pelo profundo diferenciamento étnico dos Estados." Também receava Sílvio — êle, o regionalista, o homem da província — essa desagregação como consequência do "federalismo espúrio" motivo por que, na Câmara, pedira a limitação das polícias militares estaduais.

A repulsa encontrada pelos aludidos projetos na assembléia parece ter refreado algum tanto o entusiasmo do deputado. Continuando a trabalhar em outras funções como a de relator do projeto do código civil, tornou-se mais parcimonioso na ambição de legislar.

Como homem que nunca receava as contradições, contanto que elas se justificassem pela lógica dos acontecimentos, sobe à tribuna, a 8 de dezembro de 1900, para aplaudir a atitude do Barão do Rio Branco vindo-se pôr a serviço da República. A 20 de agosto de 1901, quando se discute o crédito pedido pelo governo para fazer-se representar no Congresso Pan-Americano no México, sua palavra se volta contra os oposicionistas sistemáticos, numa daquelas ofensivas tão a gosto do autor de "Zeverissimações ineptas da crítica", e estende o ataque aos que vêm proclamando a bancarrota da ciência, da literatura, etc., achando que no fundo o que êles querem golpear é a República. Defendendo o pedido de crédito, ressalta o papel americanista do Congresso, demonstrando que a não participação do Brasil no mesmo, como já se tinha dado em ocasiões semelhantes, importaria na "teima de prolongar a política de isolamento que foi um dos maus vezes do Império". Compreendia assim, muito bem, o ideal pan-americano pelo qual se batia Nabuco e a República não tardaria a adotar.

Afinal, sempre apegado ao cientificismo, procura entroncar sua posição política numa base filosófica, e quando se discute a lei do casamento civil, faz êle esta declaração, de certo nunca mais ouvida na assembléia nacional: "Meu critério é o da filosofia evolucionista, encarnada nas grandes linhas gerais do filósofo magno Herbert Spencer."

Terminando o mandato legislativo em 1902, Sílvio Romero não consegue reeleger-se. Em 1903 faz nova tentativa para voltar à Câmara, sem obter êxito. Estava encerrada, definitivamente, a carreira do político militante, mas não do político, pois suas obras continuam a revelar uma constante preocupação pelos problemas brasileiros e o panfletório a investir contra os males da politicagem. No libelo com que fulminou o castilhismo no Rio Grande do Sul, inclui-se um capítulo "Da natureza dos cargos públicos nas democracias modernas", em que o autor visa principalmente os chefes oligárquicos por distribuírem empregos, como quem dispõe de uma propriedade particular. E acusa êsse privilégio de atentório à letra da Constituição de 91, que declara serem os cargos públicos "acessíveis a todos os brasileiros, observadas as condições de capacidade especial que a lei estatui."

“Minhas Contradições” foi o último livro publicado por Sílvio Romero em 1913. Título bem expressivo para o final da carreira de um homem de luta, de um combatente que, ao ímpeto da refrega ou ante a mudança de perspectivas, tomou, várias vezes, atitudes diversas das anteriores. Apaixonado, intolerante, desmedido não raro, pouco lhe importavam essas contradições se delas ele podia retirar sempre, por um movimento dialético, uma síntese construtiva. No fundo, há em toda a sua obra, todas as suas atitudes uma coerência íntima e nunca rompida: o entranhado brasileiro que as informa, e esse amor à causa pública a que nos referimos. Mas é um brasileiro realista de ver claro, de não recear encarar de frente a realidade, de dar o verdadeiro nome às coisas, uma réplica feroz à mentalidade idealista da época. Contra o idealismo vão e utópico lutou

Sílvio a vida inteira. Sua obra, com todas as falhas, é uma obra de coragem e independência, impondo-nos o conhecimento dos nossos males, sem ilusões, subterfúgios e atenuações, para só assim podermos remediá-los. “O Remédio?” (2) intitulou-se mesmo seu último discurso, em dezembro de 1913: diagnóstico rude de médico habituado a dizer a verdade na cara do cliente. Ainda aí a ciência o socorria: o remédio seria o tratamento científico de nossas doenças político-sociais. Dentro de alguns meses, nas vésperas da primeira guerra mundial, Sílvio Romero falecia. Terminava para o mundo e para o Brasil uma época de que ele fôra o testemunho desassombrado. 1914! “Helas!” Por toda parte, as doenças iriam complicar-se.

(2) *Correio Popular* — Campinas — 29-4-951.